

## MULHERES DA BORRACHA: AS BEM TRAÇADAS LINHAS DA MIGRAÇÃO

Sarah Campelo Cruz Gois\*

Quando criança, minha avó sempre contava que um dia ele saiu para comprar cigarros e foi embora para as terras do Norte. O melhor era ouvir sobre suas aventuras com índios, onças, cobras e como ele ficou tão rico, casou-se com uma índia de cabelos compridos e por isso nunca mais voltou. Em busca do El Dourado prometido pela fartura da floresta tropical, meu bisavô partiu para a Amazônia no início do século XX.

Depois de sua partida, a família nunca teve nenhuma notícia. O que ficou do Velho Cruz foi a lembrança contada pela minha avó e o sobrenome da família. Sem nenhuma carta ou informação sobre o paradeiro dele, restou à sua família apenas imaginar o que lhe teria acontecido. E como notícia ruim chega depressa, a falta dela deve representar um final feliz. As narrativas construídas sobre a Amazônia estão cercadas de aventuras e imaginação. Analisando a função do personagem que deixa o lar<sup>1</sup>, o migrante, temos a apresentação do *Herói desbravador* em busca de novas terras. Segundo Propp (1984): “[...] o Conto Maravilhoso, habitualmente, começa com certa situação inicial.” - a seca, nesse caso.

Mesmo abandonando a família, a memória da migração de meu bisavô foi contada como um ato de heroísmo. Ao invés de imaginar que ele tivesse morrido, como aconteceu a um grande número de migrantes que para lá foram desde o início do século passado, a história que passou para netos e bisnetos era a de vitória e prosperidade. Com o advento de um sistema próprio de correspondência, o processo migratório que se operou durante a Segunda Guerra Mundial, buscava – ou pretendia aparentar - facilitar a troca de notícias com os familiares. Mas este sistema não teve grandes avanços e mesmo na segunda metade do século XX, muitas foram as famílias que continuaram inventando histórias sobre homens que migraram e desbravaram as terras do Norte.

### As linhas da migração

As experiências de migração entre o Nordeste e Norte podem ser observadas ainda no século XIX. Porém, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Amazonas, SEMTA era um serviço especial sob o formato administrativo do Estado Novo e inaugura um novo discurso de migração, a mobilização dos trabalhadores para outro *front* da guerra, os seringais.

---

\* Mestranda em História Social – Universidade Federal do Ceará. Email: sarahcampelog@gmail.com

Com o objetivo de coordenar a economia de guerra, Vargas cria, em 1942, a CME (Comissão de Mobilização Econômica), que buscava abarcar a vida econômica do país. Segundo (MORALES, 2002) a abrangência administrativa da CME financiava a agricultura, mineração e manufatura, controlava as importações e exportações, coordenava os transportes, estimulava a pesquisa, fiscalizava o racionamento de combustíveis e entevia diretamente no mercado de trabalho, fazendo ingerências sobre a contratação de mão de obra.

Para recrutar mão de obra e transportá-la para os seringais, a CME instituiu o SEMTA. Ele não estava ligado diretamente nem ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nem ao Ministério da Agricultura. Funcionou durante 12 meses, dirigido por Paulo Assis Ribeiro, engenheiro e geógrafo, e em 14 de setembro de 1943 foi substituído pelo CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia). Ele foi criado em 1942, como parte dos acordos de Washington e teve suas atividades iniciadas no ano de 1943.

A organização dos elementos de produção, inclusive, a terra, sob um sistema de mercado, afastava o homem do campo de seu status anterior, levando-o, muitas vezes, a vender sua força de trabalho. A racionalização da agricultura desenraizou o trabalhador do campo e prejudicou sua segurança social. Aquilo que Rosa Luxemburgo, em seu livro, **A acumulação de Capital**, chamou de destruição da economia natural. Segundo Luxemburgo (1976): “[...] o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não-capitalista e necessita dele para a sua própria existência. Para a aquisição de meios de produção como para a realização da mais-valia é indispensável que o capitalismo se expanda.”

A seca, combinada com o avanço das políticas modernizadoras, desalojara as populações do campo. É perceptível que havia uma série de políticas pensadas no sentido de enfrentar o período de seca. Percebe-se, inclusive, a preocupação com medidas consideradas preventivas, como a construção de açudes, buscando dar conta da discussão sobre a periodicidade das secas, entendidas como eventos que iriam, hora ou outra, se repetir. Ainda podemos destacar uma preocupação com a presença e movimentação de migrantes, com medidas que visavam ocupá-los nas frentes de trabalho.

A racionalização das políticas, desenvolvidas para tentar solucionar os problemas da seca, no pós-1930, durante o Estado Novo, estava baseada no duo, migração e colonização do território. Com o discurso de eliminar os *vazios demográficos*, Vargas afirmava que os retirantes deveriam ser distribuídos pelo território nacional, visando um melhor aproveitamento dos recursos naturais de determinadas regiões pouco povoadas, como a região

Norte do país. O SEMTA reuniu as necessidades do fornecimento de borracha para os países aliados durante a Segunda Guerra e a eclosão da seca de 1942, a fim de mobilizar trabalhadores para o Amazonas, conduzindo os *flagelados candidatos a seringueiros*. Nesse aspecto, a migração mostrava-se como uma forma de apaziguar os problemas causados pela seca no Nordeste, além de constituir-se como outra forma de exploração da mão de obra retirante.

Sem dúvidas, há uma grande centralidade na identificação das condições estruturais e históricos da sociedade brasileira, mediante a análise do desenvolvimento capitalista e das transformações na economia rural e urbana para o estudo dos processos migratórios. Acrescidas a estas, outras análises que privilegiaram estudar a migração, segundo o processo de incorporação dos migrantes em uma nova ordem social, nos permitem compreender a interligação entre as relações de origem e de destino.

Buscamos ir além do raciocínio alusivo à migração percebida dentro do cenário de seca, fome e manobra estatal. Isso, não no sentido de desconsiderar esses fatores, mas com o objetivo de enxergar como outros vieses podem ser também relacionados com esse contexto. Segundo a professora Lúcia Arraes Morales:

Não é apenas suficiente examinar como o Estado produz condições que delineiam indivíduos aptos a se deslocarem. É preciso examinar como eles próprios se produzem enquanto agentes e conduzem suas saídas e seus eventuais retornos. (MORALES, 2002, p. 9).

Tomamos como foco de investigação, de um lado, o trabalho concebido como aspecto central do processo de integração dos migrantes rurais a uma sociedade urbano-industrial (DURHAM, 1973); de outro, a família e o grupo de parentes que orientam a participação no novo universo sociocultural, promovendo a reelaboração das decisões que norteiam o deslocamento no espaço social. Desse modo, é importante notar que a migração, proposta pelo SEMTA e pelos órgãos reguladores do Estado, não se apresenta como um desligamento da família de origem, pois, trata-se, em muitos casos, de pessoas que se deslocam para mais tarde trazer o restante da família. O discurso da migração durante o Estado novo, antes de representar uma ruptura total com o lugar de origem, a migração guarda um elo essencial, a família. A decisão de migrar, nesse caso, passa pelo crivo familiar.

A migração orienta-se dentro de um universo de relações pessoais, segundo a antropóloga Eunice Durham<sup>2</sup> (1973), é necessário examinarmos as relações do grupo doméstico formado pela família como um passo fundamental para a análise das condições sob as quais se processa a migração. Ainda de acordo com Durham (1973), no Brasil rural, o



trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar e coletiva. Dessa forma, a decisão de migrar e buscar trabalho em outras terras também passa pela necessidade familiar e desenvolve-se a partir de uma teia de reconfigurações e reelaborações do espaço.

Dessa forma, os trabalhadores que migraram para a Amazônia, com o objetivo de fazer a extração da borracha, também mantinham relações com suas famílias. Como chefes da família, eles deveriam prezar pela garantia do cuidado que o Estado teria com sua família enquanto eles estivessem fora. O Estado deveria assumir o lugar de provedor e mantenedor da casa e suas famílias iriam ao seu encontro quando estes já estivessem estabelecidos no Amazonas.

Benchimol (1977), ao realizar um trabalho *antropogeográfico* sobre a migração de nordestinos para a Amazônia, discutindo o papel da família na vida do migrante, afirma que a mulher “[...] é o elemento fixador por excelência.” (BENCHIMOL, 1977, p. 187). É ela quem dá sentido de permanência na terra em uma migração bem *dirigida*. O problema é que a mulher estaria muito mais presa e enraizada à sua terra de origem e, dessa forma, era muito mais difícil que ela *amassasse* sem sacrifícios. Por isso, quando não acompanha o homem na migração, fica a *puxá-lo para trás*. Para o referido autor, há dois casos que devem ser levados em consideração nas relações entre mulher, família e migrante. Primeiro, se este veio apenas buscando a fortuna, veio *de bonito*, sozinho e, provavelmente, logo irá retornar. Mas se veio banido pela seca, à procura de trabalho e melhores condições de vida, *mode de fome e seca*, trouxe a família e terá mais dificuldades para regressar. A família funciona como um elemento fixador do migrante à nova terra. Entretanto, no início da mobilização, as famílias não foram encaminhadas juntas com os trabalhadores, elas ficaram recebendo a assistência do Estado até irem ao encontro de seus maridos.

Para minimizar os efeitos desastrosos do novo surto produtivo, elaborou-se um contrato, o de encaminhamento, que trazia anexadas as cláusulas gerais do contrato e do padrão de trabalho nos seringais. Um contrato, nas palavras de (SECRETO, 2007), para *americano* ver, pois, uma vez que o trabalhador ingressava no seringal, era impossível fiscalizar. Ele representava muito mais um símbolo do que propriamente uma garantia dada pelo Estado aos trabalhadores. O Estado, nos anos quarenta, como afirma Ferreira (1997) tornou-se produtor não apenas de bens materiais, como também de bens simbólicos. O contrato tinha a intenção de valorizar o trabalhador e o elevava ao papel de cidadão socialmente necessário ao Estado. Dessa forma, o Estado varguista “[...] teceu sua autoimagem, induzindo trabalhadores a identificarem-no como guardião de seus interesses materiais e simbólicos.” (FERREIRA, 1997, p. 22)

No Contrato, o item assistência às famílias afirma que seriam creditados dois cruzeiros por dia por dependente, não superando a quantia de oito cruzeiros, qualquer que fosse o número de dependentes. A família do trabalhador que optasse pela assistência do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, mediante o desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo contratado, seria assegurada a continuação da assistência prevista durante toda a vigência do contrato de trabalhador no seringal. O modelo de Contrato de Encaminhamento pode ser encontrado no Museu de Artes da UFC, MAUC, no acervo de Jean Pierre Chabloz

Os trabalhadores escolhiam entre uma das modalidades de assistência:

502 – Declaro que opto que meus dependentes diretos só recebam a assistência relativa a eles durante a vigência do contrato de encaminhamento, ficando sua assistência por minha conta quando estiver localizado nos seringais; 503- Declaro que meus dependentes diretos devem ser nucleados de acordo com as condições fixadas para este caso nas cláusulas respectivas de contrato de encaminhamento e subsequentes; 504- Declaro que meus dependentes diretos ficarão para efeitos de receberem a assistência dada pelo SEMTA, aceitando as condições fixadas nas cláusulas respectivas e subsequentes, no tocante à assistência a família; 505- Declaro que meus dependentes diretos ficam sob minha exclusiva responsabilidade.

Somente o item 505 atribuía a responsabilidade pela assistência familiar ao trabalhador mobilizado. Os outros itens traziam três modalidades diferentes de assistência às famílias, todas elas debitadas, de acordo com suas particularidades descritas no contrato, dos vencimentos dos trabalhadores. No item 502, a assistência às famílias seria garantida somente durante o trajeto dos trabalhadores até Belém. O item 504 garante um auxílio mensal, não necessariamente em dinheiro, entregue às famílias dos trabalhadores. O trabalhador que optasse pelo item 503 tinha sua família enviada para um Núcleo de famílias. Aparentemente, o plano englobava a construção de outros núcleos, mas, efetivamente, foram dois. O primeiro, provisório, no Porangabussu, e sob a responsabilidade de Regina Chabloz. O segundo, Núcleo permanente do Cocorote que substituiu o do Porangabussu e era todo feito de alvenaria e teria recebido famílias somente até 1944, quando o Estado passou a enviar os trabalhadores juntamente com suas famílias para o Amazonas<sup>3</sup>.

A política do Estado Novo era diretamente voltada para os trabalhadores urbanos, principalmente, aos trabalhadores sindicalizados, os camponeses não receberam os benefícios da legislação social e trabalhista. Para o historiador Jorge Ferreira (1997), pesquisador reconhecido da chamada Era Vargas, os trabalhadores do campo foram *grandes ausentes do Estado varguista*. Porém, os trabalhadores recrutados assumiram o papel de soldados da borracha, e migrando para a Amazônia, deixaram suas cidades e famílias em “[...] prol de

lutarem em outro front de batalha.” É o Contrato de Encaminhamento que fundamenta o discurso de cidadão valorizado e assessorado pelo Estado e possibilita ao trabalhador e as suas famílias a legitimidade também para cobrar o Estado.

O Núcleo de Famílias do Porangabussu constitui-se em 1943, ano da Consolidação das Leis Trabalhistas e do início das atividades do SEMTA, órgão brasileiro criado como parte dos Acordos de Washington, o qual tinha como finalidade principal o alistamento, treinamento e transporte de nordestinos para a extração da borracha na Amazônia, com o intuito de fornecer matéria-prima para os aliados da Segunda Guerra Mundial.

A construção de *pousos*, locais onde os trabalhadores ficavam até serem enviados para os seringais, era de responsabilidade do Departamento de Engenharia do SEMTA. De acordo com Morales (2002, p. 213), os pousos do SEMTA faziam parte dos planos de “[...] retraçar a cartografia do país remanejando sua população e povoando os espaços considerados vazios [...]”, entre eles, a Amazônia. Além dos pousos, havia também os chamados *núcleos*, neles, as famílias dos recrutados seriam alojadas, aguardando o momento de também serem transferidas para a Amazônia, como foi o caso do Núcleo de Famílias localizado no bairro do Porangabussu, em Fortaleza.

### **As cartas**

Entre maio e setembro de 1943, homens e mulheres escreveram cartas com a finalidade de manter esse elo familiar. Nelas, buscavam notícias de seus maridos, relatavam os problemas que vinham enfrentando, procuravam enviar notícias e amenizar a espera. As cartas denotam uma clara distinção entre maridos e esposas, intencionalidades, estruturas e estilos diferentes. O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes narrativas construídas por homens e mulheres e como estas se contrapunham ao discurso oficial que o Estado buscava construir. As cartas podem ser encontradas no acervo do Museu de Artes da UFC.

Em uma carta escrita ao marido, no ano de 1943, Joana Abreu, assistida pelos serviços do SEMTA de assistência familiar, diz: “[...] peço-te por tudo quanto for sagrado que tu mandes me buscar logo [...].” Joana roga ao marido, Guilhermino, soldado da Borracha, que havia migrado no mesmo ano para a Amazônia, que reúna sua família o mais rápido possível. Para além da saudade, Joana conclama ao chefe da família que ele consiga reestabelecer a ordem familiar anteriormente instituída, porque antes de ser soldado da borracha, Guilhermino é pai e marido.

As esposas escreviam diretamente para seus maridos. Não aceitavam vivenciar a condição de *eterna espera* (PERROT, 2005, P.83), que geralmente é atribuída à figura

feminina. Elas reclamam e cobram de seus esposos, de Regina Chabloz, do Dr. Pinto<sup>4</sup>, do Estado. As cartas trazem elementos que denotam a não passividade das esposas frente ao processo de migração dos homens. Áurea Lacerda deixa claro ao marido Guilhermino que não estava disposta a esperar: “[...] você vai ver eu sair daqui nem que seja para o meio da rua.”

Podemos destacar várias temáticas presentes nas cartas: pedidos de notícias, queixas com relação aos serviços do Núcleo, saudades dos maridos, pedidos para que eles mandassem buscá-las, relatos sobre brigas.

As cartas femininas, pelo seu conteúdo de denúncia, não passaram pelo crivo do SEMTA e nunca foram enviadas. Essas cartas retidas pelo SEMTA ficaram guardadas por Regina Chabloz e, posteriormente, foram doadas para o acervo do MAUC, Museu da UFC. São 11 missivas que nunca foram entregues, pertencentes ao *corpus* documental do Museu da UFC. O contraditório é que, justamente, as cartas que foram retidas pelo Estado são as que formaram o *corpus* desta pesquisa. Aquilo que não foi dito, que não poderia ser revelado virou arquivo e deu origem a este trabalho. As cartas trocadas entre trabalhadores e suas esposas, aquelas missivas que seguiram o curso “natural” entre remetente e destinatário estão hoje espalhadas pelos caminhos entre Amazônia e Nordeste. Estas outras, arquivadas por um motivo específico, a repreensão, possibilitaram a transformação do objeto carta em fonte epistolar.

Geralmente, essas cartas possuem três partes: a primeira, cobrando notícias, já que seus maridos ainda não havia escrito; a segunda, relatando suas saudades e seus sofrimentos, reclamando condições de vida no núcleo (falta de comida, maus tratos, brigas, trabalhos forçados, relacionamento ruim com as outras nucleadas); e a terceira, em que pedem satisfações, notícias e solicitam que seus maridos mandem logo buscá-las, além das despedidas, por vezes, tristes e nostálgicas. As cartas possuem marcas da oralidade na escrita e grafias diversas, indicando que foram escritas por pessoas diferentes. Não há referência ao lugar de onde elas vieram porque sua intenção, naquele momento, não é mais o retorno à vida anterior no sertão, mas a ida ao encontro do marido em uma nova terra. Joana suplica ao marido: “Guilhermino, peço-te por tudo quanto for sagrado que tu mandes me buscar logo.”

Já as cartas masculinas foram aquelas endereçadas para Regina Chabloz. As missivas escritas pelas mulheres do Núcleo ficaram com Regina por que foram censuradas e nunca enviadas. E as cartas dos maridos por que tinham a diretora do Núcleo como destinatária.<sup>5</sup>

Não tenho como afirmar se estas cartas eram posteriormente repassadas para as esposas dos trabalhadores. Como estavam endereçadas à Regina Chabloz, como objeto, as cartas realmente pertenciam a ela. LEJEUNE (2008) afirma que segundo as leis sobre



correspondências, uma vez postada, a carta pertence ao seu destinatário. Entretanto, muitas vezes, o conteúdo moral das cartas ultrapassa àquilo que é determinado pela jurisprudência. O autor nos ajuda a pensar que toda esta discussão sobre a propriedade de uma carta é bastante complicada e vai além dos limites daquilo que temos estabelecido por lei. Para ele, a carta, por definição, é compartilhada e seu conteúdo pode envolver não apenas remetente e destinatário. Os maridos escrevem para Regina, mas o conteúdo das cartas é essencialmente sobre suas esposas e famílias.

Como seus dependentes haviam ficado sob os cuidados da diretora do núcleo de famílias, os maridos, *muito gentilmente*, pediam a Regina Chabloz que ela zelasse por seus entes. Nuca Cassundré afirma: “[...] venho com esta ainda uma vez recomendar minha filhinha; Atanázio Martins: recomendo a minha família a Sra; Leopoldino Casimiro: não esqueça de minha família [...]”; Há nas missivas um apontamento para que suas famílias sejam tratadas com desvelo e cuidadas como estava garantido pelo contrato que eles haviam assinado. Eles deixaram suas famílias aos cuidados do Estado, representado dentro do Núcleo pela figura de Regina Chabloz.

Regina não possui as mesmas experiências ou o mesmo lugar social das mulheres do Núcleo, mas não deixa de vivenciar a condição do que representa ser mulher durante o Estado Novo. Como esposa ela deixa a vida que tinha no Rio de Janeiro para acompanhar o marido. Vem morar no Ceará, se separa de sua filha criança, que fica na Capital morando com os avós. Ela sente e relata para o pai, abismada, em 26 de agosto de 1943, as diferenças existentes entre o tratamento que tinham as mulheres no Rio de Janeiro e no Ceará:

Sabia que uma mulher casada não pode depositar dinheiro no Banco do Brasil sem a autorização por escrito do marido e com firma reconhecida? Feminismo, onde estás que não respondes? O Ceará nesse ponto é de um atrazo lamentável. O povo é excelente; os dirigentes tanto políticos como espirituais é que não prestam.<sup>6</sup>

Regina também escreve várias cartas, nas quais relata as dificuldades de organização do Núcleo. É claro que o papel social ocupado por Regina era oposto ao das mulheres nucleadas. Ela tinha uma posição de muito poder dentro do Núcleo. E era responsável pela troca de correspondências.

As cartas masculinas, escritas pelos soldados, podem ser classificadas como correspondências *no sentido quase matemático do termo*. Como sugere (BARTHES 2003, p. 47) correspondência funciona como uma *empresa tática* destinada a defender pontos de vista, repassar informações. Corresponder-se, nesse sentido, significa trocar informações:





Bem vê, escreve a marquesa de Merteuil, que, quando escreves a alguém, é para ele que escreves e não para ti: portanto, debes menos buscar dizer-lhe o que pensas do que aquilo que mais lhe agrada. A Marquesa não está enamorada; o que postula é uma *correspondência*, quer dizer, uma empresa tática destinada a defender posições, assegurar conquistas;[...]. (BARTHES, 2003, p. 46-47).

Ao escrevem para Regina, o Soldados da Borracha buscam garantir e registrar a preocupação de que suas famílias sejam bem cuidadas no Núcleo, eles querem assegurar o cumprimento da cláusula 503 de Contrato de Encaminhamento, que garantia de que suas famílias seriam enviadas para um Núcleo de famílias com a segurança de assistência econômica, social e religiosa. Ele assegurava assistência completa e irrestrita para sua esposa e seus filhos. Leopoldino reforça, no fim de sua carta, *não esqueça da minha família*.

O fato de os soldados terem Regina como destinatária define a forma de elaboração de seus enunciados. Para Bakhtin (2003), o destinatário é uma espécie de coautor do enunciado. A estrutura do discurso se organiza a partir da destinação estabelecida.

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimento especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias — tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Diferentemente das correspondências, as cartas de amor estabelecem uma *relação* e não somente uma troca. As mulheres escrevem para contar seus causos, seus sofrimentos, para cobrar notícias, e principalmente, para expor as dificuldades que estavam enfrentando com a migração de seus maridos e a ruptura que representava a ida para o Núcleo. Elas escrevem para o Outro – um outro íntimo, mas buscando, sobretudo, falar de si: “Como desejo, a carta de amor espera resposta; impõe implicitamente ao outro que responda, sem o que sua imagem se altera e torna-se outra.” Aurea Lacerda desabafa: “[...] eu não posso mais aguentar vivo com a minha cabeça doida de imaginar o que me faz com migo”; Maria Fisolina: “[...] aqui no Núcleo sou uma desprezada”; Elcídia Galvão: “[...] aqui não tenho a quem me queixar[...].”

Na perspectiva bakhtiniana, a questão do dialogismo tem uma dupla e inseparável dimensão: a de diálogo entre interlocutores e a de diálogo entre discursos. A primeira diz respeito às relações entre sujeitos que interagem; a segunda configura as vozes que ecoam da comunidade, da cultura, enfim, da vida em sociedade. Nesta dimensão, o discurso de um indivíduo interage com outros discursos, explícita ou implicitamente; é tecido também por outras vozes que, ao emergirem de um contexto mais amplo – da história, da memória -

entrecruzam-se, completam-se, polemizam entre si na construção de sentidos. Desse modo, um enunciado produzido em um momento sócio-histórico determinado, não pode deixar de refletir um diálogo social mais amplo em que estão presentes também aspectos coletivos. Dessa forma, na definição de Bakhtin (2003), nenhuma voz jamais fala sozinha. Para ele, a linguagem tem uma dimensão, inelutavelmente dupla. Podemos perceber o individual e o coletivo presentes dentro das cartas, as quais mesmo sendo objetos íntimos em sua produção, trazem estruturas e discursos coletivos de homens e, sobretudo, de mulheres.

Uma característica fundamental do pensamento de Bakhtin (2003) é a sua tentativa de compreender os complexos fatores que tornam possível o diálogo. Mas é preciso ressaltar a noção bakhtiniana de diálogo como um fenômeno que se define pela orientação do discurso do locutor para o discurso do outro (dialogicidade interna). Para essa orientação, são importantes duas instâncias: primeira, o encontro do discurso do outro no objeto do discurso; e segunda, o encontro do discurso do outro na reação-resposta antecipada do ouvinte.

As cartas escritas por maridos pretendiam acalmar suas mulheres, garantir que estava tudo bem e cobrar cuidados do Estado; e por esposas, almejavam reunir suas famílias o mais rápido possível e convencer seus maridos de que eles precisavam retornar ou mandar buscá-las. Elas trazem à tona a discussão da dinâmica interativa do outro e da formação discursiva dentro da carta. Não existe um receptor passivo, toda enunciação envolve a constituição de algo que se molda, desde o início, na direção de uma atitude *responsiva ativa* a ser tomada pelo interlocutor.

O que procuramos mostrar foi a persistência e a transformação de padrões associativos próprios da vida familiar, de um lado por um sistema tradicional de valores e, de outro, por um grupo de relações primárias centralizada na família. As mulheres nucleadas estão sempre recorrendo ao elo e aos valores representados pela família para convencerem seus maridos a voltarem ou a mandarem lhes buscar. Afinal, foi a saída deles que representou essa ruptura com a qual elas não se conformam. A forma de analisar esses discursos das mulheres dentro do núcleo não é para “transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando no nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a se virar”. (DANTON, 1986 apud FERREIRA, 1997).

Dentro da dinâmica do Estado intervencionista de Vargas, sem estarem nem junto com seus maridos, nem em suas antigas casas essas mulheres em trânsito buscam a melhor estratégia para solucionar seus problemas. Elas transitam não apenas em uma dimensão geográfica, mas entre mulheres que esperam e chefes das famílias, que têm saudades e queixas, entre aguardar o retorno e cobrar do Estado. Seus maridos também executam algumas

combinações astutas para garantir que suas famílias estariam realmente asseguradas pelo Estado.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARAÚJO, M<sup>a</sup> Neyára de O. **A Miséria e os Dias: História Social da Mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BARBOZA, Edson Holanda. **Ida ao inferno Verde: Experiências da migração de trabalhadores do ceará para a Amazônia (1942/1945)**. Dissertação de mestrado em História PUC, São Paulo.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

CHABLOZ, Jean-Pierre. **Revelações do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1993.

DURHAN, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo**. Coleção Debates. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (Org.) **Mais Borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico. De Rousseau à Internet**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2008.

MACHADO, Cacilda das Silva. A família e o impacto da imigração. P. 99 In: **Revista brasileira de História**. Dossiê: Travessia: migrações. V. 17, nº 34. São Paulo, ANPUH, 1997.

MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Vargas e a Seca. In: **Revista Brasileira de História**. [online]. 2001, vol.21, nº 40, pp. 107-129. ISSN 1806-9347.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, PP: EDUSC, 2005.

PROPP, Vladimir Iakovlevich. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RIOS, Kênia Souza. **Campos de concentração no Ceará Isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2007.

## Notas

---

<sup>1</sup> Em Referência ao livro **Morfologia do conto maravilhoso** de Propp, que analisa o fato de o conto maravilhoso atribuir, frequentemente, ações iguais a personagens diferentes. Isso nos permite estudar os contos a partir das funções dos personagens.

<sup>2</sup> Eunice Ribeiro Durham é antropóloga social e professora da Universidade de São Paulo (USP). Possui uma considerável produção acadêmica brasileira com seus trabalhos sobre família, migração e movimentos sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

<sup>3</sup> Relatório Caeta, 1945. CPDOC/FGV. 061.1(811)(04) CAETA/ C33/1945.

<sup>4</sup> Regina Chablos era diretora do Núcleo de Famílias do Porangabussu. Começou a trabalhar para o SEMTA juntamente com seu marido Jean Pierre Chablos, responsável pelo departamento de propaganda. Médico responsável pela divisão médica do Núcleo de Famílias do Poarangabussu. Ele e sua mulher serão muito presentes nas críticas feitas pelas moradoras do núcleo.

<sup>5</sup> Não tenho como afirmar se esta prática era recorrente e se as esposas recebiam diretamente as cartas que lhes eram endereçadas pessoalmente. Vale ressaltar que as todas as cartas das mulheres cobram notícias de seus maridos.